

SUMÁRIO

Apresentação – <i>Flávio Gomes e Petrônio Domingues</i>	7
1. “No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro (1888-1889)	15
<i>Flávio Gomes</i>	
2. “É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista (1889-1919)	45
<i>Wlamyra Albuquerque</i>	
3. Manuel Querino: um intelectual negro no contexto do pós-abolição na Bahia	63
<i>Maria das Graças de Andrade Leal</i>	
4. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção	83
<i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>	
5. Antônio: de Oliveira a Baobad	109
<i>Beatriz Ana Loner</i>	
6. A nova negritude no Brasil – Movimentos pós-abolição no contexto da diáspora africana	137
<i>Kim D. Butler</i>	
7. “O caminho da verdadeira emancipação”: a Federação dos Negros do Brasil	157
<i>Petrônio Domingues</i>	
8. Os movimentos sociais negros na Era Vargas	185
<i>Michael Mitchell</i>	
9. Sonhos, conquistas e desencantos: excertos da vida de Antonieta de Barros	203
<i>Karla Leonora Dahse Nunes</i>	

10. Debates e reflexões de uma rede: a construção da União dos Homens de Cor ..	225
<i>Joselina da Silva</i>	
11. Solano Trindade e as marcas do seu tempo	249
<i>Maria do Carmo Gregório</i>	
12. Lélia Gonzalez: fragmentos	267
<i>Elizabeth do Espírito Santo Viana</i>	
13. Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983)	287
<i>Karin Sant'Anna Kössling</i>	

APRESENTAÇÃO

FLÁVIO GOMES E PETRÔNIO DOMINGUES

Em seu *Diário íntimo*, Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) fez anotações diversas sobre vida pessoal, questões profissionais e acontecimentos sociais. Não deixava escapar os aspectos mais relevantes das notícias que lia nos jornais ou ouvia nas ruas, nos bares e cafés do Rio de Janeiro. Tratava dos problemas sociais com muita familiaridade, pois os conhecia de perto. Com visão crítica, escreveu, também, sobre figuras das elites e pessoas simples. Exercitou a criação de personagens e histórias; registrou comportamentos de várias pessoas que conheceu e problemas existenciais que enfrentou. O interessante desse documento é justamente a possibilidade de conhecer o escritor em seu âmago, quase nos recônditos de sua alma. Como não se tratava de material a ser publicado, não há censura aparente. Ele declara o que pensa sobre todas as coisas, inclusive sobre si próprio. Em 26 de dezembro de 1904, Lima Barreto registrou um episódio bastante desagradável que acontecera durante o dia. Quando ia pelo corredor do Ministério do Exército, local onde trabalhava como amanuense – pequeno funcionário administrativo –, um soldado dirigiu-se a ele e lhe inquiriu se era contínuo. Como aquela cena se repetia pela terceira vez, a “cousa” feriu-lhe “um tanto a vaidade”, e foi preciso que se tomasse “de muito sangue frio para que não desmentisse com azedume”. As pessoas insistiam em tomá-lo como contínuo, e isso, segundo ele, contrariava os postulados de Paul Broca, para quem a educação embelezava, ou seja, conferia outro “ar” à fisionomia. “Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê?”, desabafava Lima Barreto. “Porque... o que é verdade na raça branca não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre desse desgosto e ele far-me-á grande.”¹

Não era fácil a vida para um “mulato ou negro, como queiram”, no Brasil dos primeiros anos posteriores à extinção da escravidão. Nem aqueles que tinham emprego

fixo, eram “educados” e circulavam em ambientes letrados conseguiram desvencilhar-se do estigma da cor. Lima Barreto até que tentou, esforçou-se, desdobrou-se, mas não conseguiu ser tratado (e julgado) de forma que fossem superados os axiomas raciais essencialistas. Isso o fazia sofrer e, a um só tempo, levava-o a reunir forças para continuar buscando concretizar os projetos que traçou para si. O estigma da cor consistia, portanto, num “desgosto” que o fazia “grande”. De forma impressionante, ele anotou no diário, em 17 de janeiro de 1905, um episódio mais pungente:

Hoje, à noite, recebi um cartão-postal. Há nele um macaco com uma alusão a mim e, embaixo, com falta de sintaxe, há o seguinte:

“Néscios e burlescos *serão* aqueles que *procuram* acercar-se de prerrogativas que não *têm*. M”.

O curioso é que o cartão em si mesmo não me aborrece; o que me aborrece é lobrigar se, de qualquer maneira, o imbecil que tal escreveu tem razão.

“Prerrogativas que não tenho”...

Ah! Afonso! Não te dizia...

Desgosto! Desgosto que me fará grande.²

Ser chamado de “macaco” era uma ofensa que deixava Lima Barreto desestabilizado emocionalmente. Mexia com os seus brios; feria sua autoestima. Sem dúvida, uma injúria pungente, que amargava como fel, mas que fez parte do cotidiano dele e de outros “mulatos e negros” no momento decisivo dos embates travados, no *rés do chão*, em torno dos sentidos e significados de raça, trabalho e cidadania no Brasil. Em seu diário, Lima Barreto não só se restringia a lamentar as desditas da vida como procurava reverter esses episódios em fonte de motivação e energia para a criação de seus projetos, sonhos e utopias. “Desgosto! Desgosto que me fará grande”, desabafou. O talentoso escritor “mulato ou negro, como queiram”, foi um arauto da nova configuração de relações sociais, identitárias e de poder (re)desenhada no país depois de séculos do mundo do cativo. Ele foi capaz de perceber dilemas, impasses e problemas muitas vezes ignorados pela historiografia. Seu diário é um testemunho de um tempo, sendo marcado por um olhar afrodiaspórico, profundamente brasileiro e popular.

A emancipação no Brasil desenvolveu-se durante um longo período, sendo que nunca esteve restrita a datas e leis. De alguma maneira manteve-se imersa em debates – desde o final do século XVIII – sobre personagens e movimentos. Ainda assim, sabemos pouco sobre as experiências envolvendo dezenas de milhares de africanos e crioulos que alcançaram a liberdade e viveram anos ainda cercados pela escravidão. E, depois de 1888, temos as imagens de ex-escravos migrando para as cidades à procura de empregos em fábricas contrastando com situações locais de migração de gerações de ro-

ceiros negros em busca de terras em fronteiras econômicas abertas. Capítulos dessa história em áreas urbanas são ainda mais desconhecidos. As gerações de mulheres e homens negros que conheceram a liberdade jurídica no crepúsculo do século XIX estavam nas ruas, nos casebres, nos cortiços (antes das favelas), no comércio informal, na rede de serviços, nos empregos públicos subalternos e nas fábricas; aliás, foram expulsas destas últimas principalmente por uma historiografia que associou história do trabalho e do movimento operário no Brasil quase exclusivamente aos imigrantes italianos e anarquistas espanhóis. Entre os silêncios dessas e de outras paisagens, as mulheres e homens negros estiveram presentes na mente de intelectuais, jornalistas, políticos, literatos e cientistas, que construíram narrativas e discorreram sobre políticas públicas de um Brasil “civilizado”, quase branco. Tratavam de problemas, obstáculos e riscos para uma *nação* almejada. A imagem do mundo rural, as tentativas de domínio, de acesso à terra, as transformações urbanas e as transgressões e formas da cultura popular no século XX estiveram o tempo todo articuladas com as experiências de gerações que conheciam a sua própria emancipação.

No Brasil, esse período costuma ser chamado de pós-abolição, e agora parte da historiografia começa – é o início, pelo menos – a constituir um novo campo de investigação, com caráter mais sistemático, dissociado dos estudos sobre escravidão e abolicionismo e também da temática das relações raciais. Eis um desafio. A história republicana e do tempo presente é também a história da pós-emancipação. Nos anos 1950, em plena era desenvolvimentista e no apogeu do progresso industrial, gerações de ex-escravos (aqueles nascidos até 1870, por exemplo, antes da Lei do Vinte Livre) com longa idade talvez ainda vivessem com seus filhos e netos. E nessa época também estava bem madura a primeira geração nascida livre, que passou a juventude nos anos pungentes do alvorecer do século XX, entre migrações, iniquidade, intolerância e outros itens impostos pela engenharia do Brasil moderno. Mas foram esquecidos nas narrativas da modernidade e do país do futuro.

O que significou o pós-abolição no Brasil? Muita coisa em diversas faces e fases. Foi um período de longa duração, abrangendo desde a propaganda abolicionista (e operária, vertente pouco conhecida) em cidades como Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Porto Alegre e Salvador dos anos 1880 até os movimentos sociais de luta antirracista na época da redemocratização, cerca de uma centúria depois. Histórias diversas envolvendo biografias e instituições. Era de incertezas, expectativas, esperanças, recordações, lutas, desilusões, avanços e recuos. A primeira armadilha residiria na tentativa de definir o pós-abolição de acordo com um tempo histórico fixado por datas. Ou de apartá-lo da chamada “história do Brasil”. Acompanhar seu processo histórico também significa – e isso precisa ser enfatizado – invadir outras veredas da história do Brasil republicano,

envolvendo espaços, tempos e agências variadas. O movimento operário na aurora do século XX, o pensamento social, a emergência de jornalistas, intelectuais, políticos e lideranças populares, assim como as instituições culturais, recreativas e religiosas, os projetos de nação (e modernização), os movimentos artísticos (literários, teatrais, musicais etc.), a industrialização, as transformações urbanas, os protestos do pós-guerra, as relações entre os sexos e mesmo as conexões transnacionais da história intelectual e da história das ideias sempre estiveram relacionadas com as perspectivas ligadas ao pós-emancipação e os debates sobre racismo, direitos humanos e cidadania. Não precisamos agora – a despeito do silêncio muitas vezes estrondoso – tentar juntar aquilo que nunca se separou.

Esta coletânea busca – sem pretensões de fôlego olímpico – dar conta disso. A ideia foi acompanhar experiências da emancipação ocorridas desde a década da abolição até os anos 80 do século XX. Não se tratou apenas de costurar eventos e propor cronologias ou tipologias analíticas; foi perseguido um eixo que unisse pessoas, organizações, agências e legados. Ainda nos anos seguintes à promulgação da Lei Áurea (1888), as ruas do Rio de Janeiro (e também há evidências referentes a São Luís e Santos) permaneciam tomadas por conflitos (alguns armados), embates e sentidos simbólicos. A Guarda Negra, espécie de milícia que participou do debate abolicionista e da propaganda republicana, assustava a todos. Nada de “negros” humildes ou infantilizados, em decorrência da “dádiva” da princesa Isabel; ao contrário: tratava-se de “classe de homens de cor” atenta aos desdobramentos da campanha (jornalística e por meio de comícios) contra a monarquia, com a predominância de um tom permeado de adjetivos e substantivos raciais, que muitos temiam e outros acusavam de tentativa de manipulação. É esse o enfoque do capítulo escrito por Flávio Gomes, que abre a coletânea. O medo de revanchismos sociais, emaranhado com a expectativa de libertos e de seus filhos, revelou-se muito mais sólido do que algumas retóricas que o debate jornalístico sugeriu. Wlamyra Albuquerque também examina esses impasses e dilemas, focando o cenário baiano e as avaliações de Rui Barbosa. A emancipação atravessava o limiar do século XX, entre lembranças, esquecimentos e a herança abolicionista de seus debates. A política esteve presente o tempo todo, inclusive nas batalhas pela memória e nas profecias realizadas. Gerações de políticos, seus capangas e também de libertos e seus filhos – em diferentes trincheiras – produziram uma história ainda encoberta no período imediatamente posterior ao 13 de maio.

Muitas vezes nos concentramos nos eventos e instituições e não percebemos os personagens envolvidos. E seu legado. Como no caso de intelectuais relegados a uma suposta subalternidade em relação ao pensamento social hegemônico. Nesse território se situa a contribuição de Maria das Graças de Andrade Leal: acompanhando as refle-

xões de Manuel Querino, ela apresenta um intelectual sofisticado. Alguém envolvido nos círculos literários, nas lides políticas, na agenda operária e também no ambiente das invenções africanas populares. A face menos conhecida das articulações de Querino é certamente a mais original: as sociedades mutualistas, o Partido Operário e os congressos da classe trabalhadora no contexto das encruzilhadas da liberdade na Bahia. Biografia única – totalmente desconhecida para muitos – foi também a de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, destacado abolicionista do Rio Grande do Sul. Em seu capítulo, Paulo Staudt Moreira reconstrói as vivências e as memórias desse intelectual – associado inicialmente ao Partido Liberal e depois ligado a Júlio de Castilhos –, que marcou a política gaúcha com a sua identidade étnica. Também do sul do país – mais especificamente da cidade de Pelotas –, Antônio Baobad foi outro relevante personagem do pós-abolição. Ex-escravo e liderança operária, foi um dos fundadores do jornal *A Alvorada*, periódico da “imprensa negra” que, apesar de algumas interrupções, circulou de 1907 a 1965. Inicialmente adotando o sobrenome Oliveira e depois Baobad, em referência à “gigantesca árvore africana conhecida por suas grossas raízes”, Antônio foi um importante – mas desconhecido – militante, sendo o tema do capítulo escrito por Beatriz Loner. Nascido escravo, sua atuação como operário chapeleiro e, mais tarde, membro do Partido Republicano sugere a construção de um legado complexo, ligado a questões mais amplas, envolvendo cidadania, lutas operárias e questão racial.

Biografias como a de Aurélio Viríssimo e de Antônio Baobad, ambos do Rio Grande do Sul, fornecem contrapontos importantes para a análise das experiências do pós-abolição em espaços urbanos de cidades brasileiras como Salvador e São Paulo. Essas cidades compõem o cenário do ensaio de Kim Butler sobre as ambiências atlânticas, tratando de jornais e outras instituições. Havia um diálogo transnacional sobre a diáspora envolvendo ativistas do Brasil e dos Estados Unidos. E quanto aos ativistas brasileiros, é bom frisar que sua atuação não esteve ligada apenas à cultura negra do candomblé baiano, à chamada “imprensa negra paulista” e à Frente Negra Brasileira, temáticas mais conhecidas e sempre exploradas, embora tenham sido expulsas da historiografia clássica do Brasil republicano. Petrônio Domingues, em seu capítulo, nos presenteia com uma análise original sobre uma instituição ainda deveras desconhecida, a Federação dos Negros do Brasil. Com base na documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) depositada no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, reconstitui um “movimento nacionalista da raça negra” com ramificações para além de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O contexto de efervescência política do governo de Getúlio Vargas – intervenção institucional, propaganda fascista etc. – coloca essa federação, suas lideranças e propostas numa perspectiva mais ampla no que diz respeito à arregimentação de negros em organizações, algo que teria desdobramentos

ao longo da década de 1930 e nos anos 1940. Entre esses desdobramentos encontram-se a Aliança Cooperativa dos Homens Pretos do Brasil, a Federação Paulista dos Homens de Cor, a Liga Humanitária dos Homens de Cor, o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, o Clube Negro de Cultura Social e mesmo a tentativa de continuação da Frente Negra Brasileira – a União Negra Brasileira.

Não houve necessariamente rupturas entre as formas de organização da imprensa negra e a Frente Negra Brasileira nos anos 1930. Além de várias organizações – sugerindo lideranças alternativas, intelectuais orgânicos e expectativas locais –, surgiram no período pós-guerra, no segundo governo Vargas, novos formatos de agremiações. O estudo panorâmico de Michael Mitchell apresenta um painel referente a essas organizações negras no período compreendido entre 1915 e 1964, destacando a Associação de Negros Brasileiros (ANB) e seus manifestos. Mitchell também sugere a possível influência dessas organizações, iniciadoras de uma tradição, sobre aquelas que apareceriam nos anos 1970 e 1980. Pode ser.

O estudo biográfico reaparece no capítulo escrito por Karla Nunes, que examina a vida de Antonieta de Barros. Essa professora foi uma precursora da luta de políticos afrodescendentes no Parlamento, movimento que só ganharia força a partir dos anos 1980 no Brasil como um todo. Em Florianópolis, foi eleita deputada estadual em 1934, envolvendo-se no debate presente na época sobre direitos civis, sociais e políticos e defendendo, particularmente, o direito das mulheres ao voto. No final da década de 1940, voltaria a ocupar uma cadeira no Legislativo catarinense. Suas ações e pensamentos também podem ser apreciados na literatura por ela produzida. Embora pouco conhecida, a trajetória de Antonieta de Barros interliga-se com o debate político e parlamentar mais amplo de Santa Catarina.

Cenário da abolição na antiga corte imperial, o Rio de Janeiro foi marcado – nas narrativas historiográficas – pela ausência de debates sobre questões raciais até o advento do Teatro Experimental do Negro (TEN, 1944), da Convenção dos Negros do Brasil (1945) e do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro (1950), que envolveram importantes intelectuais, como Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, entre outros. Essa falsa ausência de ações e instituições é refutada pela análise de Joselina da Silva sobre a União dos Homens de Cor (UHC), surgida em Porto Alegre em 1943, alcançando, mais tarde, o Rio de Janeiro. Não somente restrita a essas duas capitais, a UHC “se ramificou e se transformou numa rede estruturada”, atuando “em onze estados da federação, no final dos anos 1940”, e podendo “ser encontrada em pequenas, médias e grandes cidades das cinco regiões brasileiras”. Significava mais uma tentativa de criação de uma organização da população negra de âmbito nacional, com regimento, estatutos, sede, representações, associados e programa de ação. Embora analisada de maneira

preconceituosa pelo sociólogo Costa Pinto nos anos 1950, a UHC, segundo Joselina da Silva, teve um papel significativo nos debates com outras organizações negras contemporâneas, apesar de pouco sabermos sobre os seus líderes e projetos políticos.

Em relação ao cenário carioca, não se pode ignorar a biografia de Solano Trindade (embora o início de sua trajetória tenha ocorrido em Recife). Tratado como um dos ícones da liderança negra nacional do século XX – com o posto de ícone maior sendo ocupado por Abdias do Nascimento –, Solano é o tema do capítulo escrito por Maria do Carmo Gregório. Notabilizou-se principalmente no campo artístico, produzindo poemas, livros e peças teatrais na década de 1950. Ligado ao Partido Comunista e seus intelectuais, fundaria o Teatro Popular Brasileiro, com forte atuação no movimento folclórico. Também faz parte do grupo dos chamados intelectuais negros do Brasil contemporâneo Lélia de Almeida Gonzalez, celebrada especialmente por sua trajetória de ativismo e produção intelectual nos anos 1970 e 1980. A ela é dedicado o capítulo de Elizabeth Viana. Envolvida em candentes debates teóricos, políticos e parlamentares, Lélia Gonzalez se converteu numa legenda para as organizações de mulheres negras.

Esta coletânea se encerra com o capítulo de Karin Sant’Anna Kössling, sobre os movimentos sociais negros no final da década de 1970, em plena ditadura militar. A autora trata sobretudo do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), um dos movimentos mais importantes da vida política brasileira do tempo presente. Unindo setores operários, estudantis e médios de grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, o MNU foi pioneiro na luta pelos direitos humanos e na proposição de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência jurídica e das relações entre os sexos. Essa história ainda está sendo escrita, o que não invalida a análise de Kössling, que mergulhou na documentação produzida nos “anos de chumbo” pelos órgãos de informação (e repressão). É trazida à tona a visão que os governos militares (e parte das elites) tinham na época: a questão racial e seu debate, assim como seus intelectuais e a cultura da periferia, eram vistos como perigosos, já que poderiam desmantelar um quadro de harmonia racial que se acreditava existir e que virou obsessão ideológica, expressa no discurso da mestiçagem social e racial, presente tanto nos chamados setores progressistas como nos mais conservadores do Brasil.

Por sua longa duração, a trajetória do pós-abolição se transformou numa estrada aparentemente sem fim. Muitas lutas e falas atuais caracterizadas pela busca de cidadania, direitos humanos e pelo fim dos Brasis tão assimétricos em termos de raça e classe social são caminhos (muitas vezes atalhos) para a emergência da nação (ou nações) e da democracia real. O painel esboçado nesta coletânea abrange personagens, instituições e movimentos que leram o mundo de acordo com diferentes experiências

históricas e, a partir daí, cumpriram (ou procuraram cumprir) um papel ativo e propositivo na construção de seu devir (individual e coletivo), tentando transformar o “desgosto” do racismo – que tanto afligiu Lima Barreto – em combustível dinamizador das lides para fazê-los “grandes” no que tange à criatividade necessária para encontrar espaço nos interstícios do sistema social e racial, “grandes” no tocante à capacidade de apropriação da retórica da liberdade, criando significados específicos, “grandes” na avaliação seletiva das opções disponíveis numa arena de disputa por noções de raça, trabalho e cidadania.

Notas

1. Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 51-2.
2. *Ibidem*, p. 88.

1 “NO MEIO DAS ÁGUAS TURVAS”: RAÇA, CIDADANIA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – 1888-1889¹

FLÁVIO GOMES

Lelé²

Só hoje foi que pude ter dirigido algumas linhas; desejo-te, portanto, boa saúde e fortaleza nos estudos. Elvira ainda fala em você, qualquer moço que ela vê de longe diz logo: “Lelé”, porém de perto não toma ninguém por você, o que mostra conservar ela lembrança da tua fisionomia; Áurea ainda anda constipada.

Entremos agora a falar sobre o assunto que me levou a escrever-te: comunico-te que esperam-se grandes coisas para o dia 13 de maio, esse malfadado dia! Espera-se tanto, meu irmão, que como sabe, ou como vistes, no dia 17 de março, a boa fé do Barcellos; e agora, desde já, ele tomou todas as cautelas possíveis para esse dia, até dois bons capangas sendo um capoeira, mas com tudo isto eu espero o dia 13 como um condenado que sobe o cadafalso; ele não quer que eu me retire com as crianças, diz que aqui mesmo é que devemos ficar, e temos certeza de grandes barulhos, pois o Dr. Guadagny veio propositadamente da fazenda avisar ao Barcellos de que os libertos da sua fazenda há muitos dias que estão fabricando balas e dizendo que são para os republicanos. Todos em Valença estão aterrados, a ponto de algumas pessoas projetarem viagens do dia 12; já se tem avisado ao delegado que tome providências sérias, diz ele (você o conhece, que é pelos negros) que já requisitou 20 praças, porém diz alguém, que sabe, não vir nem uma só!

Lelé, se você pudesse por intermédio do seu amigo, irmão do chefe de polícia, arranjar alguma coisa, mas nunca dizendo que soube por republicanos, o Barcellos não sabe que te escrevo, porque ele continua a dizer que não pede nada à polícia, mas como sabes a mulher é fraca, e eu tremo por meu marido, minhas filhas e por mim, eu que há 6 meses tive o mais amargurado fato temo muito outras barbaridades. Só poderias ver meu terror se estivesses comigo. Os libertos, Lelé, estão altaneiros, e depois esses telegramas, que já não fazem questão de política, mas sim da raça, que horror, meu Deus. Enfim me parece que a nossa existência será só por dias,

ando sobressaltada, que não como, não durmo, vivo numa melancolia notória, o Barcellos procura tranquilizar-me, mas é de balde, só tenho na mente o dia 13.

Todos nós com saudade, adeus, estou muito agitada.

Tua irmã e [ilegível]

25-04-1889

Pequetita.³

A carta aterrorizada que Pequetita Barcellos envia a seu irmão, escrita em Valença, em meados de 1889, nos traz alguns elementos que indicam os vários significados do 13 de maio, tanto para os libertos como para seus ex-senhores e políticos, no período imediatamente posterior à abolição, pontuado que foi por um acirrado debate político. Na pauta de discussões não mais estava a questão do *elemento servil* propriamente dita, e sim a possível mudança do regime político vigente.

No segundo semestre de 1888, com efeito, a propaganda republicana avança. Na província do Rio de Janeiro, os centros republicanos se multiplicam: 25 dos 30 grupos existentes à época nessa província tinham sido fundados no decorrer de 1888 (Bergstreser, 1973, p. 165-6 e 176-7). Na corte, os principais abolicionistas se dividem entre o apoio declarado à propaganda republicana e a defesa da monarquia. Com a dança dos ministérios, a crise do Império se aguça, e os ataques republicanos tornam-se fulminantes. Os jornais noticiam uma provável conspiração liderada pelo conde d'Eu para inaugurar o Terceiro Reinado no país. No interior, fazendeiros insatisfeitos, sentindo-se prejudicados pela abolição, apoiam, em sua maioria, a propaganda republicana. Cada vez mais, ex-escravos abandonam as fazendas à procura de melhores condições de vida e autonomia; muitos se negam a trabalhar para seus ex-senhores.

O debate entre monarquistas e republicanos ganha as ruas da corte, desta vez com um novo personagem: o liberto. Com a organização da Guarda Negra, em fins de 1888, inicia-se na cidade do Rio de Janeiro uma intensa discussão acerca da participação política dos libertos. Em algumas ocasiões, essa discussão assumiria a forma de conflitos armados entre libertos e republicanos. A polêmica relacionada a esses conflitos é acirrada pelos jornais dirigidos por José do Patrocínio e por Rui Barbosa. Em editoriais inflamados no *Cidade do Rio* e no *Diário de Notícias*, esses dois articulistas políticos travaram um contundente debate sobre o republicanismo e a monarquia, que tinha, porém, como pano de fundo a discussão sobre o papel político dos ex-escravos e a atuação da Guarda Negra.⁴

Vamos analisar aqui os discursos de alguns segmentos sociais da época sobre a participação política dos libertos. No que diz respeito à Guarda Negra, também foram abordadas diversas questões, entre as quais os aspectos relativos à cidadania do liberto

na ordem social recentemente estabelecida, seus limites e significados, e ao racismo contra o negro.

Em um dos lados da contenda, postavam-se abolicionistas, monarquistas e políticos republicanos, esboçando em seus discursos e atitudes um projeto disciplinador de trabalho e higiene para uma grande população de cor livre, constituída em boa parte por ex-escravos. Na visão dessa elite política, os trabalhadores escravos passariam a trabalhadores negros, sendo essa, aliás, sua marca distintiva num país agora de braços dados com o progresso e rumo à civilização.

Do outro lado, havia uma população negra que procurava constantemente redefinir os contornos do controle e da dominação sobre ela exercida. No caso da corte, homens e mulheres negros, com base em sua tradição de luta e experiências da escravidão, buscavam agora, depois da abolição, forjar novas experiências de liberdade. Espaços de autonomia e de liberdade, aliás, era o que os ex-escravos tentavam conquistar num mundo sem possuídos e possuidores. E é claro que as batalhas decorrentes não foram travadas somente no plano dos discursos ou da retórica política. Pelo contrário: o que a truculência dos primeiros anos de república mostrou é que os políticos não pouparam esforços para submeter a população negra e pobre da cidade do Rio de Janeiro a seu sonhado projeto.

Apesar de possíveis solidariedades e indignações, não tocaremos ainda em nosso tema inicial – Pequetita e sua “melancolia notória”. Agora é o momento de convidar o leitor para mergulhar “no meio das águas turvas”.⁵ Mas fiquemos tranquilos, pois, mesmo que o mergulho seja profundo e a turvação das águas obscureça nossa visão, prometemos conduzir o leitor de volta à superfície, nem sempre límpida.

Partido político ou navalhistas do Império?

Criada alguns meses depois da abolição, mais precisamente em setembro de 1888, a Guarda Negra seria alvo constante de críticas e fonte de inúmeras controvérsias. Na época em que foi fundada, houve a organização, pela Confederação Abolicionista, de festas na corte para comemorar o aniversário da Lei de 1871, chamada de Lei do Ventre Livre, e homenagear a princesa Isabel, que recebera do papa Leão XIII a Rosa de Ouro por ter assinado a lei.

Entre comemorações e homenagens, o certo é que pouco se sabe, de fato, sobre como se deu a organização da Guarda Negra, assim como não se sabe exatamente a que grupo(s) estava ligada. No final de setembro do mesmo ano ocorre um encontro na redação do jornal *Cidade do Rio* do qual, entre outros, participam João Clapp, José do Patrocínio e representantes da Liga dos Homens de Cor e da recém-criada Guarda Negra.